



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

TCU alerta governo Lula sobre falta de transparência em emendas parlamentares

Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Tribunal de Contas da União alertou o governo do presidente Lula (PT) sobre falhas de transparência e rastreabilidade na execução de emendas parlamentares incluídas no Orçamento da União de 2025. O apontamento consta no parecer prévio das contas do petista aprovado pela Corte de Contas.

No documento, o TCU afirma que há ausência de mecanismos que permitam identificar a origem e a execução de emendas parlamentares registradas como programações discricionárias do Poder Executivo sob os identificadores RP 2 e RP 3. Segundo o tribunal, a situação pode comprometer os princípios constitucionais da publicidade e da transparência fiscal.

“Ausência de mecanismos de transparência e de rastreabilidade para a identificação e a execução de emendas parlamentares consignadas como programa-



ções discricionárias do Poder Executivo”, registra o parecer.

O tribunal ressaltou que o problema ocorre mesmo sem alteração formal da natureza dessas despesas, classificadas como discricionárias do Executivo. Ainda assim, os ministros alertaram para a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de controle e identificação das verbas.

O parecer foi relatado pelo ministro Benjamin Zymler e aprovado em sessão realizada no último dia 10 de junho. Apesar das ressalvas apontadas, o TCU concluiu que as contas de Lula referentes ao exercício de 2025 estão em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

Dino cita infiltração do PCC no mercado financeiro e cobra reação do governo

Luiz Silveira/STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou em decisão que há indícios de infiltração de estruturas criminosas do Primeiro Comando da Capital (PCC) no mercado financeiro formal. O magistrado citou a facção como beneficiária de esquemas de lavagem de dinheiro envolvendo fintechs e fundos de investimento. As referências constam em despacho relacionado à crise estrutural da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na decisão, Dino aponta que a fragilidade operacional da CVM teria favorecido o avanço de organizações criminosas em estruturas sofisticadas do mercado de capitais. O ministro menciona investigações ligadas às operações “Carbono Oculto” e “Compliance Zero”, que apuram suspeitas de lavagem de dinheiro, ocultação patrimonial e uso de fintechs para circulação de recursos ilícitos.

“O PCC aparece na investigação como beneficiário



Flávio Dino faz alerta sobre PCC

indireto das movimentações financeiras, integrante do mesmo ecossistema financeiro ilegal, usuário das mesmas fintechs para lavagem, ocultação de recursos e circulação de dinheiro ilegal”, registra um dos trechos reproduzidos na decisão.

O documento também cita relatórios de inteligência financeira que identificaram movimentações suspeitas de quase R\$ 4 bilhões. Segundo a decisão, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e plataformas financeiras

teriam sido utilizados como “camadas finais de lavagem de dinheiro”.

Ao justificar a necessidade de reforço na estrutura da CVM, Dino afirmou que o mercado financeiro passou a ser explorado por facções armadas e esquemas de corrupção com atuação em diferentes setores públicos e privados.

“Nesse contexto de baixa eficiência, abrem-se flancos que favorecem a infiltração de organizações criminosas e facções armadas, que passaram a explorar esses instrumentos sofisticados do mercado de capitais”, escreveu o ministro.

A decisão foi proferida no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelo Partido Novo, que questiona regras sobre a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários.

No processo, Dino determinou medidas emergenciais ao presidente Lula (PT) para reforçar a capacidade operacional da CVM e ampliar ações de fiscalização, inteligência financeira e cooperação com outros órgãos de controle.

Filha de Oswaldo Eustáquio foi pisoteada após agressão em Brasília, diz BO

A filha do jornalista Oswaldo Eustáquio, Mariana Eustáquio, de 18 anos, foi pisoteada após ser agredida e perder a consciência em Brasília, segundo informações registradas no boletim de ocorrência do caso. A agressão aconteceu na noite da última sexta-feira (13), após o jogo entre Brasil e Marrocos pela Copa do Mundo de 2026.

De acordo com testemunhas ouvidas pela polícia, Mariana caiu de costas durante a agressão, desmaiou e, já desacordada, teria sido pisoteada pelos envolvidos. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionado e encaminhou a vítima inconsciente ao hospital.

O laudo médico confirmou fratura na vértebra L2 da coluna lombar. Mariana segue internada e deverá retornar ao Instituto Médico Legal (IML) em cerca

de um mês para acompanhamento da lesão.

Segundo relatos da família, Mariana estava no Contexto Bar, no Setor de Clubes Sul, em Brasília, assistindo à partida entre Brasil e Marrocos quando tentou separar uma briga envolvendo uma amiga e acabou sendo agredida durante a confusão.

As imagens dos suspeitos foram entregues por uma testemunha e estão sob análise da Primeira Delegacia de Polícia do Distrito Federal, responsável pela apuração.

Oswaldo Eustáquio é jornalista e blogueiro ligado ao bolsonarismo. Ele mora atualmente na Espanha e é alvo de investigações conduzidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Justiça suspende decisão que proibia ex-assessor de Janones de falar sobre Motta

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) suspendeu a decisão que havia determinado a remoção de um vídeo publicado nas redes sociais pelo influenciador Bernardo Moreira com críticas ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos). A ação de origem foi apresentada após a publicação de um vídeo, em 4 de maio, no qual Bernardo faz críticas ao parlamentar e cita suspeitas envolvendo o deputado e familiares.

O TJDFT também derrubou, em caráter liminar, a proibição que impedia Bernardo de comentar o processo judicial ou citar Motta nas plataformas digitais. Na primeira instância, a 16ª Vara Cível de Brasília havia determinado a exclusão do conteúdo em até 24 horas, sob pena de multa, além de proibir novas manifestações sobre o caso nas redes sociais.

Ao avaliar o recurso da defesa, o desembargador Fabrício Fontoura Bezerra afirmou que, em análise preliminar, a probabilidade do direito estava ao lado do influenciador. Segundo ele, a Constituição Federal garante ampla proteção à liberdade de expressão e veda restrições prévias à manifestação do pensamento.

Na decisão, o magistrado destacou que figuras públicas estão sujeitas a maior escrutínio social e político. “A participação ativa

na gestão pública e o exercício de mandato parlamentar [...] naturalmente mitigam a esfera de privacidade do agente político”, escreveu.

O desembargador também criticou a proibição imposta pela primeira instância para impedir comentários sobre o processo judicial. Segundo ele, a medida cria um “efeito silenciador desproporcional” e afronta a liberdade de expressão.

Outro ponto citado foi o intervalo de 23 dias entre a publicação do vídeo e o ajuizamento da ação por Hugo Motta. Para o magistrado, a demora enfraquece o argumento de urgência usado para justificar a retirada imediata do conteúdo.

Na peça apresentada ao TJDFT, a defesa de Bernardo Moreira afirmou que o vídeo continha críticas políticas baseadas em notícias jornalísticas e investigações públicas, sem imputação falsa de crimes. Os advogados também sustentaram que a decisão representava censura prévia e violava dispositivos da Constituição que garantem a livre manifestação do pensamento.

A defesa ainda argumentou que Hugo Motta, por ocupar a presidência da Câmara, está submetido a maior fiscalização pública e deve suportar críticas mais contundentes relacionadas ao exercício do mandato.